

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 019 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por 10 minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:45 HORAS E REABERTA ÀS 08:53 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Declaro reaberta a presente Sessão.
Solicito ao nobre Deputado Eliene que assuma a 2ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício nº 176/99, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta à Indicação do Deputado Amador Tut."

O Sr. Benedito Pinto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, somente para lembrar a V. Exª que a Ata não foi submetida à apreciação do Plenário, e eu gostaria que V. Exª a submetesse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE - Retifico.
Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Continua com a palavra o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Era apenas aquele Expediente, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa e galeria que nos assiste, para apresentar três Indicações:

1^a) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de execução das obras denominadas Contorno Rodoviário Norte, ligando a BR-364/163, na altura do estabelecimento comercial Vinhos Sinuelo, passando entre o Bairro Morada da Serra e a Ponte de Ferro, alcançando a Rodovia Emanuel Pinheiro, MT-020, Cuiabá/Chapada dos Guimarães, no trevo próximo à Fundação BRADESCO, no Bairro Jardim Florianópolis, saindo no entroncamento da BR-364/163 com a BR-070, no Município de Várzea Grande.

Fundamentado no que dispõe a Resolução n° 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de execução das obras denominadas Contorno Rodoviário Norte, ligando a BR-364/163, na altura do estabelecimento comercial Vinhos Sinuelo, passando entre o Bairro Morada da Serra e a Ponte de Ferro, alcançando a rodovia Emanuel Pinheiro, MT-020, Cuiabá/Chapada dos Guimarães, no trevo próximo à Fundação BRADESCO, no Bairro Jardim Florianópolis, saindo no entroncamento da BR-364/163 com a BR-070, no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

A nossa primordial intenção ao propormos a presente indicação é dotar a Grande Cuiabá, centro principal de todos os acontecimentos, de infra-estrutura condizente com o seu crescimento um tanto desordenado, contribuindo e ordenando para a explosão demográfica e progressiva do Estado de Mato Grosso, colocando-o num pedestal de destaque na conjuntura socioeconômica da Federação, como Estado solução e de maior futuro do Brasil.

Mato Grosso, como um dos principais elos de ligação com o MERCOSUL, tem em Cáceres o portal de entrada e saída do Centro-Oeste e com o avanço, melhoria e maior agilização desse mercado a tendência natural é o crescimento de circulação da frota de veículos de todos os portes, principalmente os grandes e mais pesados, originando problemas de todas as ordens, como desgaste e corrosão do asfalto por falta de outras rodovias opcionais, mais ágeis e economicamente mais viáveis, estrangulando sobremaneira a pequena e frágil malha viária do Estado.

Somos conscientes da grande dificuldade de executar uma obra de tamanha envergadura, como esta que propomos, que é a construção do Contorno Rodoviário Norte, ligando a BR-364/163, na altura do estabelecimento comercial Vinhos Sinuelo, vindo passar entre o Bairro Morada da Serra e a Ponte de Ferro, alcançando a Rodovia Emanuel Pinheiro, MT-020, Cuiabá/Chapada dos Guimarães, no trevo próximo à Fundação BRADESCO, no Bairro Jardim Florianópolis, saindo no entroncamento da BR-364/163 com a BR-07, no Município de Várzea Grande.

Esta obra pode até ter suas dificuldades, mas não é impossível de ser realizada, pois nada pode ser impossível se, em primeiro lugar, gozarmos da força de Deus e tivermos a magnitude, humildade, perseverança e a criatividade para fazer uma grande junção no sentido de unirmos forças, junto com todas as autoridade políticas do Estado, como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

o Governo Estadual, que é o principal interessado, as Bancadas Parlamentares Federal, Estadual e Municipal, todos os Prefeitos que tenham seus municípios, direta ou indiretamente interessados ou beneficiados, as entidades organizadas, as lojas de serviços, igrejas, enfim, a comunidade como um todo, chamando-os à responsabilidade e, assim, elaborar uma carta documento de intenções destinada ao Governo Federal, mostrando-lhe a premente necessidade de que seja firmado convênio, parcerias ou qualquer outra ajuda dentro da esfera federal ou até internacional, no sentido de concitar para que seja iniciado e terminado o tão sonhado Contorno Rodoviário Norte em nossa Capital.

Essa obra trará benefícios para Mato Grosso e para toda a região Centro-Oeste, gerando mais emprego, com um alcance socioeconômico de proporção incomensurável e garantia de retorno de todo o investimento empregado, realizando e materializando uma das reivindicações mais desejadas pela nossa gente, anseio de todos nós, mato-grossenses de nascimento ou adoção, que querem ver, não no futuro e sim no presente, o real desenvolvimento deste Estado, pois um Estado só será grande se seu povo crescer com ele e esta responsabilidade é de todos nós que fomos outorgados nas urnas para auxiliar Mato Grosso a ser o que ele realmente merece, um Estado progressista, desenvolvimentista, gerador de empregos, ceileiro e, o mais importante, exportador.

Não podemos deixar de salientar que Mato Grosso, em brevíssimo tempo, terá o que mais falta e martiriza grandes Estados da Federação, que é energia elétrica com suporte para arcar com a demanda de consumo que se verificará pelo advento formado com o sonho do eldorado que é e será ainda mais Mato Grosso.

Não podemos também nos esquecer de que estamos entrando no terceiro milênio, em plena era da globalização, e temos que nos adequar e ajustar para não ficarmos à deriva do progresso, já que não pode existir progresso sem transporte e essa condição estamos oferecendo aqui, pois a região por onde passará o Contorno Rodoviário Norte é muito importante e está em pleno crescimento populacional, além de que desviaria todo o tráfego pesado da região urbana e central de Cuiabá e Várzea Grande, proporcionando maior e melhor organização do trânsito da nossa Capital, que está caótico pela falta de estrutura e pelo aumento da frota rolante.

Frente ao exposto, apelamos e pedimos a todos os nobres Pares desta Casa para que se unam a esta propositura, sem cor partidária, aprovando-a por unanimidade e fazendo gestão junto às autoridades competentes para a sua concretização.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

2ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual MT-344, no trecho que liga os Municípios de Chapada dos Guimarães a Campo Verde.

Fundamentado no que dispõe a Resolução n° 18/91 deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm° Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual MT-344, no trecho que liga os Municípios de Chapada dos Guimarães a Campo Verde.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação está embasada nas várias reivindicações que recebemos durante toda a campanha política que recentemente vivenciamos, de todos os segmentos - político, social, civil e até eclesiástico -, que sabem que a execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rodovia Estadual MT-344 será a redenção econômica da região e o encurtamento da distância entre dois importantes municípios do contexto socioeconômico deste Estado, gerando maior desenvolvimento, tendo em vista a facilidade e rapidez no escoamento de toda a produção daquela pujante região.

A Rodovia MT-344, apesar de sua importância, sempre ficou às margens dos programas de recuperação e pavimentação asfáltica traçados pelo Governo Federal, mostrando o descaso com que são tratados aqueles que fazem, produzem e contribuem financeiramente com Mato Grosso.

Os dois municípios que diretamente vão ser beneficiados, que são Chapada dos Guimarães e Campo Verde, cada um tem sua importância fundamental para o Estado. Senão vejamos: Chapada dos Guimarães, além das várias pequenas e médias propriedades rurais, sobressai-se por sua potencialidade turística, fonte principal de sua riqueza; Campo Verde, que é um município eminentemente agrícola, há muito está se destacando na avicultura com uma parceria de sucesso feita entre os proprietários rurais e a Sadia. Porém, o acesso entre os dois municípios é muito prejudicado, em face das más condições de trafegabilidade no pequeno trecho sem asfalto da MT-344, fazendo com que, na maioria das vezes, seja preferível sair pela MT-020, rodovia Emanuel Pinheiro, até Cuiabá e seguir pela BR-364/163 no sentido para Rondonópolis e, posteriormente, acessar a BR-070, no Colégio Agrícola de São Vicente, para somente depois desta peregrinação chegar ao destino almejado, elevando os custos, aumentando os prejuízos e não trazendo benefício nenhum para a região.

Não obstante os problemas aqui alavancados, a pavimentação asfáltica deste pequeno trecho da MT-344 contribuirá para a definitiva e esperada explosão do progresso daquela pujante região de solo rico e belezas naturais inimagináveis. Facilitará também o acesso de quem vem pela BR-070, procedente de Municípios importantes como Barra do Garças, Paranatinga, Primavera do Leste, Poxoréo, Dom Aquino, Campo Verde, etc., e segue com destino a Chapada dos Guimarães, Nova Brasilândia, Cuiabá e outras regiões adjacentes.

Outro benefício que acarretará com o atendimento desta Indicação será a conseqüente diminuição do fluxo de veículos na BR-364/163, além de constituir mais uma opção para, em caso de emergência, sair da BR-364/163 com destino ao norte do Estado.

Frente ao exposto, pedimos à unanimidade dos nobres Pares desta Casa a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

3ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de patrolamento e encascalhamento da Rodovia Estadual MT-344, no trecho que liga os Municípios de Chapada dos Guimarães a Campo Verde.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao

Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de patrolamento e encascalhamento da Rodovia Estadual MT-344, no trecho que liga os Municípios de Chapada dos Guimarães a Campo Verde.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia Estadual MT-344, que liga os dois importantes Municípios de Chapada dos Guimarães a Campo Verde, está praticamente intransitável, trazendo transtornos a todos que necessitam por ali trafegar para transportar a produção originária das várias propriedades fixadas naquela região.

Por ser uma região de solo muito rico e fértil, com água em abundância, além do potencial turístico muito grande, a Rodovia MT-344 torna-se de importância vital para o desenvolvimento de Chapada dos Guimarães e Campo Verde, pois é o elo mais próximo de ligação entre as duas cidades.

Sabemos que a chuva é a causadora de todo este transtorno, mas não se pode simplesmente cruzar os braços perante esta adversidade e, sim, procurar soluções para que o caos não se agrave ainda mais, deixando centenas de pessoas, na maioria humildes trabalhadores, sem condições de trafegabilidade. A solução mais viável que sana, em parte, o problema é o Governo do Estado determinar com urgência que sejam feitos os serviços de patrolamento e encascalhamento do pequeno trecho sem asfalto da Rodovia MT-344, fruto desta Indicação, dando mais dignidade aos irmãos mato-grossenses que residem naquela região e lutam com força para conseguir o mínimo de infra-estrutura para viverem mais tranqüilos e com maior respeito.

Frente ao exposto, pedimos à unanimidade dos nobres Pares desta Casa a aprovação desta Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, para apresentar uma Indicação:

Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer e ao Exmº Sr. Secretário Municipal de Esporte e Lazer do Município de Dom Aquino, a necessidade de destinar recursos financeiros para cobrir a quadra de esportes Sinval Luciano Barbacena, no Município de Dom Aquino.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer e ao Exmº Sr. Secretário Municipal de Esporte e Lazer do Município de Dom Aquino, mostrando a necessidade de destinar recursos financeiros para cobrir a quadra de esportes Sinval Luciano Barbacena, no Município de Dom Aquino.

JUSTIFICATIVA

O esporte é um conjunto de atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer, portanto, deve ser garantida a todos os segmentos sociais a possibilidade de acesso às práticas desportivas em quaisquer de suas manifestações: educacional, de participação e de rendimento/espetáculo.

Com o objetivo de oferecer melhores condições de funcionamento para a comunidade local, que se utiliza da quadra de esportes para realizar as ações sociais, tais como reuniões, práticas desportivas/recreativas e outras é que apresentamos a presente indicação, no sentido de que sejam destinados recursos financeiros para cobrir a referida quadra de esportes.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Eu gostaria muito de contar com o apoio dos nobres colegas para esta obra em Dom Aquino.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de usar cinco minutos deste Expediente, não ocupá-lo todo, para pedir a transcrição nos Anais de um artigo do *Diário de Cuiabá* de hoje, intitulado: “Carteira de motorista: Mato Grosso volta a expedir habilitação”, mais para deixar registrado, porque no meio de tanta denúncia sobre o DETRAN em âmbito nacional, nós registramos que o DETRAN de Mato Grosso - como eu disse num discurso há alguns dias - andou e, naturalmente, está destacado entre os cinco Estados que já cumprem a lei do DENATRAN, o Código de Trânsito Brasileiro, com respeito à expedição de CNHs.

Então, é um assunto importante! Foi suspenso em âmbito nacional! Mas em reunião de todos os diretores dos DETRANs do Brasil constatou-se que entre os DETRANs dos Estados, o DETRAN de Mato Grosso já preencheu, pelo menos com referência à expedição de CNHs, os quesitos que o Código de Trânsito Brasileiro solicita. Isso para nós é importante, porque naturalmente é um passo a mais que nós alcançamos, em virtude de acreditar no futuro. Eu acho que, como funcionário do Departamento de Trânsito, eu não poderia deixar de registrar que o Estado de Mato Grosso tem se destacado quanto à expedição de CNHs, preenchendo os quesitos do novo Código Nacional de Trânsito e também de todas as Resoluções do CONTRAN, a respeito da expedição de CNH.

Então, peço que seja registrado nos Anais, que seja transcrito o artigo do *Diário de Cuiabá*:

“Carteira de Motorista: Mato Grosso volta a expedir habilitação.

O DENATRAN-Departamento Nacional de Trânsito autorizou os DETRANs de Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Ceará e Distrito Federal a voltarem a expedir carteiras de motoristas a partir de quinta-feira, mas essa competência continua suspensa nos demais Estados que ainda não tenham montado estrutura para fiscalizar os futuros centros de formação de condutores, sucessores das auto-escolas.

O alerta foi feito ontem pelo diretor do DENATRAN-Departamento Nacional de Trânsito, Gidel Dantas, após reunião com os diretores dos DETRANs sobre a portaria do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

órgão que suspendeu desde o último dia 02 a expedição de carteiras de motorista em todo o País.

Na reunião, Gidel definiu em R\$15,00 e R\$2,50 os valores máximos que deverão ser cobrados, respectivamente por aulas práticas e aulas teóricas, pelos centros de formação de condutores.

Segundo o DENATRAN, apenas cinco DETRANs - PA, RS, DF, CE e MT - já podem voltar a emitir carteiras a partir de quinta-feira porque comprovaram que estão aptos a emitir carteiras de motoristas de acordo com as exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

‘As controladorias ficarão encarregadas também de melhorar a qualidade dos instrutores de trânsito’, disse Dantas. ‘Atualmente, as auto-escolas só dão aulas práticas sem carga horária definida e vendem as cartilhas de trânsito sem dar aulas de teoria’.

A suspensão da expedição de carteiras foi adotada por causa do suposto desinteresse dos DETRANs em criar as controladorias regionais de trânsito. Essas exigências estão previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que entrou em vigor no início de 1998.

De acordo com o DENATRAN, os centros de formação deverão ter simulador de trânsito ou veículo estático, carga horária mínima de 30 horas de aulas sobre legislação e sinalização de trânsito e 15 aulas de prática de direção.

O DENATRAN irá fiscalizar o cumprimento das exigências pelos centros e vai contratar a Fundação Getúlio Vargas para levantar a situação de funcionamento dos DETRANs, de acordo com as exigências do novo Código de Trânsito.

Dantas disse que irá reativar a competência dos DETRANs para expedir novas carteiras de motorista, confiando no compromisso assumido pelos diretores dos 27 Estados e do Distrito Federal que já contam com estrutura para fiscalizar os centros de formação de condutores. ‘Iremos assumir a responsabilidade pela criação das controladorias e pela formação dos instrutores nos Estados em que os DETRANs apresentarem irregularidade’, disse o diretor do DENATRAN.

Nesses Estados, afirmou ele, as aulas sobre legislação e sinalização serão dadas por instrutores do SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. As auto-escolas continuarão a dar aulas práticas.”

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, Sr. Deputado, Sr^a Deputada, para apresentar duas Indicações:

1^a) Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado e ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação a urgente necessidade de reforma geral da EEPSG Prof^a Mariana Luíza Moreira, no Tijucal.

Com fulcro na Resolução n^o 18/91, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado e ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade de reforma geral da EEPSG Prof^a Mariana Luíza Moreira, no Tijucal.

JUSTIFICATIVA

A EEPSG Prof^a Mariana Luíza Moreira, no Bairro Tijucal, em Cuiabá, embora tenha iniciado o ano letivo, encontra-se depredada, sem o mínimo de condições de funcionamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Segundo a direção da escola, há necessidade de troca total do telhado. Neste período das águas as salas ficam todas inundadas, havendo vazamento nas tomadas, no ventilador, etc.

Além disso, a instalação elétrica encontra-se totalmente danificada, colocando em risco a vida dos alunos, professores e funcionários. A escola necessita ainda, urgentemente, de uma pintura nova, limpeza do pátio interno e de colocação dos vidros das esquadrias que estão 90% quebrados, para melhorar o seu aspecto e se tornar um ambiente alegre e agradável.

Com base no exposto, justifico esta indicação na expectativa de pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.
Deputado ELIENE - PSB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a urgente necessidade do envio de material asfáltico ao Município de Rio Branco.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário do Interior e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a urgente necessidade do envio de material asfáltico ao Município de Rio Branco.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Rio Branco-MT, através dos Vereadores Walder Zanol Merlim e Eduardo C. Machado, ambos do PSB, Jair Antônio dos Reis, do PT, Joel Salomão, do PL, e Neilson Custódio de Faria, do PDT, preocupados com o bem-estar, segurança e qualidade de vida, reivindica, em nome de todos os municípios, o envio de material asfáltico por parte dos órgãos competentes do Estado.

Justifica-se tal solicitação em virtude do estado lastimável de conservação das ruas da cidade, principalmente a Rua Cáceres, que tende a piorar ainda mais neste período das águas.

Os referidos vereadores apresentaram indicação referente à questão em 09/11/98, quando fora aprovada e enviada, logo depois, ao Parlamento Estadual.

Com base no exposto, justifica-se esta Indicação.
Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.
Deputado ELIENE - PSB

Sr. Presidente, eu gostaria de, usando do nosso espaço do Pequeno Expediente, fazer um alerta em relação à questão das condições dos alunos das zonas rurais de várias cidades do interior do Estado.

Cada vez mais chegam ao nosso gabinete denúncias de que os convênios, aquelas nucleações existentes em vários municípios do Estado de Mato Grosso, estão deixando de existir. São pedidos de ônibus para trazer os alunos, são pedidos de professores para a zona rural e, na condição de educador, de professor, eu tenho me preocupado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Ainda ontem, estive, a convite de uma comunidade rural, no Município de Santo Antônio do Leverger, comunidade de Formiga, que num levantamento feito naquela região, uma região que está a apenas cem quilômetros de Cuiabá, foi constatado que vive em condições indignas de humanidade, pela situação que eles têm ali no Município de Santo Antônio do Leverger. Eu cheguei a fazer uma referência de que nem lá em Canabrava do Norte, lá em Santa Terezinha, lá em São José do Xingu nós encontramos situações tão calamitosas no que tange a questões sociais.

Então, nós precisamos ficar atentos em relação a essas condições dos municípios que tinham convênio com o MEC, com o Governo do Estado, para que possibilitem a condição mínima, que é o acesso ao conhecimento. Sem ela, o ser humano não terá oportunidade do conhecimento, numa situação de falta de dignidade dos governantes. Em geral, são essas as reclamações que nós temos recebido sobre a situação dos municípios do Estado de Mato Grosso. Desde o Município de Colíder, Santo Antônio do Leverger, várias regiões têm me procurado no sentido de condicionar isso, principalmente junto ao MEC, que tem faltado com esse convênio. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O Sr. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar duas Indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Válter da Silva Albano, a necessidade da implantação de posto fiscal fixo ou móvel na estrada que liga o Município de São Félix do Araguaia, no entroncamento da BR-080 com a BR-158, para evitar a sonegação de impostos em transportes de cargas por caminhoneiros.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, e ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Válter da Silva Albano, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

O Estado de Mato Grosso, bem como outros Estados da União, vem passando por grave crise fiscal, consistente na dificuldade de arrecadar valores suficientes para custear seus gastos.

Em momentos como estes, mister se faz aumentar a arrecadação do Estado, caso contrário, as constas públicas entram em colapso, inviabilizando, inclusive, a prestação dos serviços mais básicos.

O combate à sonegação é primordial para que o aumento da arrecadação se concretize. Afinar a fiscalização é imprescindível para coibir abusos e fraudes à Fazenda Estadual.

Na região de São José do Xingu, grande produtora pecuária de nosso Estado, agrava-se o problema da sonegação no trajeto que leva do referido município à São Félix do Araguaia.

A ausência de um posto fiscal neste trajeto inviabiliza até o ato mais simples de fiscalização: o controle da quantidade de caminhões com cargas, sejam quais forem, em

que direção forem, que trafegam diariamente por esta via, deixando o Estado inconsciente, não só das perdas sofridas, mas também de seu potencial arrecadador, inviabilizando qualquer planejamento eficiente que vise ao fim da aguda crise fiscal, e que não passe, obrigatoriamente, pelo aumento das alíquotas dos impostos, medida que alcança, como uma punição, somente o contribuinte responsável, que efetivamente paga seus tributos.

Sem o combate à sonegação, toma conta da organização social a injusta situação de alguns custearem toda a estrutura estatal, ferindo o princípio da universalidade tributária. Portanto, maximizar a arrecadação tem como fim social corrigir distorções, uma atitude legal, legítima e necessária.

A implantação de um posto fiscal na região trará para o Estado de Mato Grosso o aumento indispensável à sua arrecadação, justamente num momento em que o Governo toma muitas medidas com este fim. Medidas estas, em sua maioria, bastante cruéis para a população, quando pode, cumprindo suas obrigações básicas e sem impingir sofrimento extra aos contribuintes honestos, alcançar seu intento.

Conto com meus Pares para esta aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de saúde, Dr. Júlio Müller Neto, a premente necessidade de se proceder à designação de um médico clínico-geral para atender o Município de Colniza.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Dr. Júlio Müller Neto, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

A boa prestação de serviços de saúde é uma obrigação do Poder Público para com o cidadão. Para bem cumpri-la, é necessário que se mantenha acessível à população uma estrutura eficiente, com instalações e equipamentos adequados, além de profissionais preparados para proceder ao atendimento dos que procuram pelo sistema.

Em nosso País, e particularmente no Estado de Mato Grosso, os serviços de saúde ofertados aos cidadãos pelo Poder Público ficam longe de atender as urgências diárias, as necessidades básicas dos cidadãos, sendo constantes as denúncias realizadas pelos órgãos de imprensa, das indignidades e maus-tratos impingidos, principalmente, à classe mais carente.

Nesta Capital basta dirigir-se a qualquer estabelecimento para constatar o caos. Falta tudo, de remédios e equipamentos a médicos e demais profissionais da área.

Nas cidades do interior a situação se agrava, pois, sendo distantes os pólos de atendimento uns dos outros, por dezenas e até centenas de quilômetros, a ausência de médico ou remédio não pode ser suprida a tempo de salvar-se o bem mais precioso a ser protegido pelo Estado, as vidas humanas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

No Município de Colniza, região do norte do Estado, a 1.300 quilômetros de Cuiabá, e a 150 quilômetros da cidade mais próxima que é Aripuanã, existem dois postos de saúde e um hospital antigo, feito de madeira, eternamente em reformas. Não há, entretanto, sequer um médico para prestar atendimento à população da região, que padece, destarte, não só dos males da doença que lhe acomete, mas também das mazelas sociais. Se não for o cidadão capaz de, utilizando-se de seus próprios recursos financeiros, locomover-se à outra cidade, fica a míngua de cuidados de um profissional que pode vir a lhe salvar, a minorar-lhe o sofrimento ou evitar o agravamento de moléstias curáveis.

Com uma medida simples esta situação de abandono pode ser amenizada.

Conto com o sentimento de humanidade e a sensibilidade social de meus Pares para esta aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer constar nos Anais da Assembléia que estivemos, recentemente, em Belo Horizonte, onde foi criada uma Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados. Nesta Frente Parlamentar estavam presentes mais de duzentos Deputados Estaduais e se decidiu ali, por esta Frente, tentar se criar um mecanismo de tal forma que o Estado Federado se transforme efetivamente numa Federação. Esta Frente toma corpo, ela é suprapartidária, tendo hoje deputados do PT, do PMDB, do PTB, e surge num momento extremamente bom para o País, quando a Federação é absolutamente mutilada.

Queria dizer ainda, Sr. Presidente, para concluir, que hoje mais do que ontem é necessária esta discussão sobre a Federação brasileira. Nós não temos uma Federação e, conseqüentemente, nós não temos um Estado soberano.

Para concluir, eu li a última entrevista do Mailson da Nóbrega. Ele dizia, nessa entrevista, que só foi nomeado Ministro da Fazenda depois que ele foi aprovado pelo grupo novo.

Este é o País em que nós vivemos! Um País que entregou a soberania nacional, um País que entregou a dignidade nacional! E este Governo que aí está, do Sr. Fernando Henrique Cardoso, eu tenho repetido isso, tem entregado o País às multinacionais diuturnamente, e alguns brasileiros, por ausência de patriotismo, têm acompanhado a entrega deste País. Nunca o País “esteve de joelhos” como está agora! Perdemos a dignidade, perdemos a soberania, somos monitorados pelo Fundo Monetário Internacional, as empresas transnacionais é que decidem o destino do País. Este Governo tem pavor dos pobres e dos trabalhadores, faz uma política econômica extremamente ruim!

Esta Frente nasce num momento muito bom para tentar reaver e tentar reformular a concepção do Estado Federal.

Portanto, eu queria, Sr. Presidente, que constasse nos Anais desta Casa a Carta de Princípios, que foi elaborada pela Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados, inclusive com o nome dos Deputados que representam essa Frente e que têm uma reunião marcada para o dia 09 de abril próximo.

Muito obrigado.

“Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados

Carta de Princípios

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A situação do País é grave. A decretação de moratória pelo Governo de Minas Gerais, o pagamento em juízo de parcelas da dívida com a União, feito no Rio Grande do Sul, e a intenção de vários outros governos de adotarem medidas semelhantes demonstram uma irrefutável situação de insolvência: os Estados estão quebrados. O pagamento da dívida nos termos estabelecidos pelo Governo Federal suga progressivamente os recursos orçamentários, obrigando os governos estaduais a abdicarem de deveres e compromissos básicos com a população.

Aos efeitos perversos desse endividamento que desestrutura os Estados, os Municípios e a própria Federação, soma-se uma política econômica recessiva, cujos resultados concretos são o desestímulo dos setores produtivos e o aumento do desemprego. Essa política é uma declaração pública de como o País se tornou presa do capital especulativo, livre de qualquer legislação que lhe imponha regras ou compromissos e das instituições financeiras internacionais.

A questão da dívida com a União motivou os governadores de vários Estados a se reunirem recentemente em Porto Alegre, em busca de entendimentos para uma renegociação com o Governo Federal. Parlamentares de todo o País presentes ao encontro lançaram naquele momento a proposta de criação de um movimento que ampliasse o foro de discussão do tema, levando-o para as Assembleias Legislativas, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, por estar em jogo o interesse de todos os Estados e de toda a sociedade brasileira. Nascia ali a Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados, que hoje oficializamos e que se pautará pelos seguintes objetivos:

- levar a todos os Parlamentares e a toda a sociedade brasileira as discussões sobre o endividamento dos Estados, buscando soluções coletivas para a renegociação das dívidas com a União;

- lutar pela revogação da Lei Kandir e do Fundo de Estabilização Fiscal, instrumentos que transferem para o Governo central parte substancial dos recursos dos Estados;

- sensibilizar os Deputados Federais e Senadores para que se aprove no Congresso uma reforma tributária que reduza a centralização de impostos nas mãos da União, com repartição mais justa entre Estados e Municípios;

- estimular o debate sobre um novo pacto federativo, no qual a subordinação imposta aos Estados e Municípios seja substituída pela autonomia, pela convivência harmônica e pelo equilíbrio de atribuições e responsabilidades.

A Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados institui-se como organização suprapartidária, reunindo Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores de todas as unidades da Federação. Será um fórum permanente de discussões e apresentação de propostas até que seus objetivos sejam alcançados.

Deverá estimular, em todos os Estados, a realização de debates sobre os temas propostos, envolvendo a sociedade civil organizada, e a elaboração de um estudo detalhado sobre a dívida estadual, mostrando suas características, sua evolução e o que ela representa no comprometimento da Receita.

Deverá criar uma central de informações sobre os endividamentos estaduais, para que subsidiem e facilitem uma negociação conjunta das dívidas com a União.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A Frente terá uma coordenação, com um representante por Estado, conforme relação em anexo. Terá uma secretaria, funcionando na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e trabalhará em colaboração com a UNALE-União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Belo Horizonte, 15 de março de 1999.

1. ACRE - Senadora Marina Silva, do PT, Líder do Bloco de Oposição no Senado.
2. AMAZONAS - Deputado Estadual Belarmino Luís Albuquerque, Líder do PTB.
3. ESPÍRITO SANTO - Deputado Estadual Cláudio Vereza, do PT.
4. CEARÁ - Deputado Estadual Sérgio Benevides, do PMDB.
5. GOIÁS - Deputado Estadual Rubens Otoni Gomide, do PT, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás.
6. MATO GROSSO - Deputado Elarmin Miranda, do PMDB.
7. MATO GROSSO DO SUL - Deputado Estadual Loester Nunes de Oliveira, Líder do PDT.
8. MINAS GERAIS - Deputado Estadual Edson Rezende, do PSB.
9. PARAÍBA - Deputado Estadual Frei Anastácio Ribeiro, do PT.
10. PARÁ - Deputado Estadual Gabriel Guerreiro, do PMDB.
11. PARANÁ - Deputado Estadual Orlando Pessuti, Líder do PMDB.
12. PIAUÍ - Deputado Estadual Ribamar Pereira, Líder do PMDB.
13. RIO DE JANEIRO - Deputada Estadual Cida Diogo, do PT.
14. RONDÔNIA - Deputado Estadual José Mário de Melo, do PDT.
15. RORAIMA - Deputado Estadual Edio Vieira Lopes, do PPB, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.
16. SÃO PAULO - Deputado Federal José Dirceu, do PT.
17. TOCANTINS - Deputado Estadual José Augusto Puglisi, Líder do PMDB.”

O SR. PRESIDENTE - Informamos ao nobre Deputado que, sendo lido, automaticamente fica registrado nos Anais desta Casa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, Dr. Vítor Cândia, a urgente necessidade de conclusão da obra de pavimentação asfáltica da MT-100, que liga o Município de Alto Araguaia a Alto Taquari.

Com fulcro no Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Com a inauguração do terminal rodoferroviário de Alto Taquari, faz-se necessária a conclusão das obras da MT-100. Por esta via será escoada 60% da produção agrícola do Estado de Mato Grosso, que objetiva o barateamento do custo do frete e o desafogamento do tráfego na malha rodoviária.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Segundo informações do próprio DVOP, ainda faltam 66 quilômetros para o término da obra. O governo é responsável pela contrapartida, viabilizando o acesso ao terminal da FERRONORTE.

Pouco adiantará a grandeza desta obra, se o governo não cumprir com este único compromisso.

Para se ter uma idéia do poder produtivo e da quantidade de grãos que será transportada por esta rodovia, somente a região de Alto Garças produzirá 3.404 toneladas de grãos. Mato Grosso produziu, na safra 97/98, 7.2 milhões de sacas, e estima-se um crescimento de 10% na safra 98/99.

Isso mostra a dimensão e a necessidade do término da Rodovia MT-100, portanto, conto com o apoio dos meus Pares e a sensibilidade do Governo do Estado para a presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Vamos apresentar, também, Requerimento solicitando informações sobre a licitação da obra, sobre todo o encaminhamento da obra, mas apresentamos primeiramente esta Indicação solicitando que terminem as obras na MT-100, porque não é justo o Governo do Estado fazer campanha com obra que não é do Estado.

É bom que a sociedade tenha essa consciência. A FERRONORTE é obra da iniciativa privada. A única contrapartida do Governo é a construção da MT-100 até Alto Taquari e o terminal ferroviário, na entrada do Estado de Mato Grosso, e depois da divisa dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nem isso o Governador está fazendo! Então, estamos entrando com uma Indicação solicitando que o Governo termine essa obra, que é a famosa “estrada sanfona”, que começa com nove metros, enlarga para onze metros e depois reduz para nove metros.

Eu quero comunicar, Sr. Presidente, que estive na Universidade Federal de Mato Grosso, pois eu quero fazer um estudo técnico sobre a MT-100, mas a Universidade Federal de Mato Grosso pediu-nos para encaminhar a licitação da obra e algumas informações geotécnicas e projetos de drenagem, terraplenagem e pavimentação.

Sr. Presidente, para apresentar um Requerimento:

Com fulcro no Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora que seja encaminhado ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento Nacional de Viação e Obras Públicas-DVOP, Dr. José Carlos Novelli, requerimento solicitando informações referentes à construção da Rodovia MT-100, Alto Araguaia/Alto Taquari:

- a) encaminhar cópias dos projetos: técnico, geométrico e geotécnico;
- b) encaminhar cópias dos projetos de drenagem, terraplanagem e pavimentação;
- c) enviar cópias do memorial descritivo;
- d) enviar cópias do diário de obras.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Há um mês eu estou na Assembléia Legislativa, e se o Governador não nos repassar essas informações, via requerimento, entraremos com uma representação na Justiça para que o Governador responda judicialmente aos nossos requerimentos. Até hoje o Governador sequer respondeu a um requerimento de nossa autoria.

Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, solicito a V. Ex^a que peça ao Governador do Estado para responder aos requerimentos endereçados pela Assembléia Legislativa, porque o papel da Assembléia é fiscalizar. V. Ex^a, como Líder do Governo, tem que cobrar o que nos é de direito. O Governador tem que responder aos requerimentos dentro de quinze dias. Estamos aguardando essa resposta há trinta dias. Até hoje o Governador não respondeu a nossos requerimentos...

O Sr. Roberto Nunes (FALA DA SUA BANCADA) - Já foi aprovado esse Requerimento?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Já foi aprovado, Deputado Roberto Nunes, Líder do PSDB na Assembléia Legislativa.

Esse Requerimento já foi aprovado e só deixamos de aprovar mais matérias tendo em vista uma armação do Deputado Benedito Pinto, porque iríamos aprovar uma Moção de Aplausos endereçada ao jornalista Mário Marques de Almeida, pela publicação de um artigo a favor da política econômica defendida por Itamar Franco. O Deputado obstruiu a votação e agora não podemos aprovar nenhuma matéria enquanto não forem apreciados os Vetos.

Para apresentar, também, um Requerimento a respeito do Hospital Regional de Sinop, que se encontra abandonado no meio do mato. Eu tenho algumas fotografias constatando isso. Essa obra começou há muito tempo e está parada! Nós queremos saber por que parou, onde parou, o seu custo, a licitação e todas as informações técnicas cabíveis - planilha de custo, medição, tudo!

Com fulcro no Artigo 272, alínea "h", do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora que seja encaminhado ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento Nacional de Viação e Obras Públicas-DVOP, Dr. José Carlos Novelli, requerimento solicitando informações referentes à construção do Hospital Regional de Sinop:

- a) encaminhar edital de licitação da obra;
- b) encaminhar demonstrativo do empenho dos recursos destinados à execução da obra;
- c) anexar o contrato de construção da obras e respectivos termos aditivos;
- d) informação da quantidade e de quais empresas participaram da licitação;
- e) anexar as atas do Conselho que referendou tal licitação;
- f) planilhas de medições.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Para apresentar ainda, Sr. Presidente, um Projeto de Lei:

**Dispõe sobre o ressarcimento de
desconto previdenciário dos
aposentados e dá outras providências.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Do desconto previdenciário devido pelos aposentados, abater-se-ão os custos com remédio de uso continuado e/ou permanente, como também com aqueles cujo valor, por receita, ultrapassar 20% do total dos proventos mensais do beneficiário da aposentadoria, desde que o(s) medicamento(s) seja para o seu uso ou de seus dependentes.

Art. 2º A comprovação da despesa será feita mediante a apresentação da prescrição médica e da nota fiscal de compra ao órgão competente, e o valor a ser abatido será aquele constante da pauta de cobrança do ICMS para o produto.

Art. 3º Na receita médica deverá constar, obrigatoriamente, o nome do usuário e a informação se os medicamentos são de uso continuado ou se há limitação do tempo de uso.

Art. 4º O ressarcimento de que trata o Artigo 1º, caso seja superior ao total descontado mensalmente pelo beneficiário, se fará mês a mês, até satisfazer a despesa, ficando a importância residual (se existir) para a última parcela.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Trata o presente projeto de fazer justiça a uma classe, a dos aposentados, duramente atingida pelas últimas medidas fiscais dos governos, que buscam nos proventos da categoria recursos para fazer frente a débitos que assoberbam os Estados, que estão vitimados pelos desmandos e administrações desastradas e irresponsáveis que acabaram por levar os governos a atual situação de penúria.

Ao investir contra os salários dos aposentados comete o Governo uma injúria que chega às raias da insensibilidade total com os menos favorecidos. Aliás, característica atávica de nossas elites dominantes.

É sabido, e até pedimos desculpas pela redundância, que a quadra da vida chamada “terceira idade” é a mais penosa e insegura para o ser humano. Perdendo a vitalidade e começando a sentir o peso da idade, o homem entra em evidente decadência, conseqüência inexorável do processo vital, passando a necessitar cada vez mais de auxílio para fazer frente às demandas que lhe permitam levar o restante da vida com o mínimo de dignidade, ficando incapacitado, inclusive, para executar uma série de serviços.

A aposentadoria é, assim, o reconhecimento da sociedade de que aquele indivíduo já esgotou o seu tempo útil e merece, por essa razão, o descanso seguro e tranqüilo. Portanto, os proventos a que fazem jus e que são pagos pelos serviços prestados significam o reconhecimento de que estes indivíduos merecem viver o restante de suas vidas com paz e dignidade, recompensa pela contribuição que deram à Nação durante suas vidas produtivas. Nesse período o ser humano fica mais fragilizado, vez que é nesta quadra que mais surgem as doenças e necessidades de auxílio de terceiros, é o período em que o indivíduo mais precisa de amparo. Por esta razão, a redução da remuneração dos aposentados - pois o desconto instituído por lei nada mais significa que uma redução dos proventos - tem uma conotação ainda mais cruel para essa categoria fragilíssima.

Já que o Estado se viu obrigado a lançar mão do dinheiro desses cidadãos para fazer frente a débitos crescentes, muitas vezes de origem duvidosa ou com finalidades inócuas, que, pelo menos, garanta àqueles indivíduos fragilizados organicamente recursos para fazerem frente às despesas que lhes garantam a saúde e/ou aliviem seus males.

É sabido que o custo dos medicamentos no Brasil atingem valores exorbitantes e por isso mesmo tem um significativo custo no orçamento daqueles que necessitam utilizá-los. Ora, é mais que evidente que o seguimento populacional que mais se utiliza desses produtos é o idoso, ou seja, aquele cuja grande maioria é constituída de aposentados. Por esta razão, o desconto imposto a seus salários, à guisa de contribuição previdenciária, tem um impacto cruel por significar restrição na capacidade de adquirir produtos indispensáveis a sua sobrevivência. Ainda que o Governo precise de recursos para fazer frente a compromissos inadiáveis é preciso pensar, antes de tudo, no bem-estar das pessoas, razão última da existência do Estado.

Por esta razão, há que se evitar subtrair recursos indispensáveis para a sobrevivência. O desconto previdenciário tem, para muitos aposentados, esta conotação. Há, portanto, que se corrigir esta injustiça. É este o desiderato que pretende se atingir com esse projeto: dar tranqüilidade aos idosos assoberbados por doenças, permitindo que vivam o restante de suas vidas com um mínimo de dignidade.

Por esta razão, temos a certeza de contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

E, também, Sr. Presidente, para apresentar duas Indicações:

1ª) Indica ao Sr. Chefe do 11º DRF do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens-DNER, Dr. José da Silva Tiago, a necessidade de sinalização vertical e horizontal de advertência na rodovia BR-364, na altura do quilômetro 280,5 no Município de Jaciara.

Com fulcro no Regimento que preceitua o Art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Chefe do 11º DRF do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens-DNER, Dr. José da Silva Tiago, mostrando a necessidade de sinalização vertical e horizontal de advertência na rodovia BR-364, na altura do quilômetro 280,5, no Município de Jaciara.

JUSTIFICATIVA

No quilômetro 280,5 da Rodovia BR-364 está situada a Escola Rural Municipal Santa Rosa que assiste vinte e três alunos, de 1ª a 4ª séries, do Município de Jaciara. A maioria desses alunos tem que atravessar a BR para chegar à escola, colocando em risco suas vidas. É o que vem ocorrendo ultimamente, num total de quatro acidentes, inclusive envolvendo um professor da referida escola, deixando-o em estado grave.

Atualmente, trafega por essa rodovia, aproximadamente, seis mil veículos/dia, sendo quatro mil veículos de carga, que, por falta de sinalização no perímetro da escola, não tomam as devidas precauções, ocasionando diversos transtornos na comunidade que está cada vez mais preocupada com o traslado destes alunos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Para garantir a segurança e a tranqüilidade da comunidade solicitamos a urgente implantação de sinalização de solo e placas de advertências neste trecho da BR-364. Para isso, conto com o apoio dos nobres Deputados e o empenho do órgão.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Vítor Cândia, a urgente necessidade de recuperar a Rodovia MT-130, que liga os Municípios de Poxoréo e Rondonópolis.

Com fulcro no que preceitua o Art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura, Dr. Vítor Cândia, mostrando a urgente necessidade de se recuperar a Rodovia MT-130, que liga os Municípios de Poxoréo e Rondonópolis.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia MT-130 é a principal via de escoamento da produção de grãos da região sudoeste do Estado, composta por municípios como Poxoréo, Primavera do Leste, General Carneiro, Paranatinga e outros, destinando-se a maioria da produção dos mesmos ao Distrito Industrial de Rondonópolis.

Atualmente, são transportadas por essa rodovia trezentas mil toneladas de grãos/safra, entretanto, o leito da mesma está deteriorado, dificultando o tráfego, principalmente de veículos pesados, resultando num aumento do custo do transporte.

Este drama prejudica, e muito, os produtores uma vez que todo o custo recai sobre a sua produção, além do mais causa a demora do escoamento, fator complicador para quem necessita cumprir prazos nos contratos de entrega.

Finalizada a colheita precoce da produção, iniciada a do ciclo médio, em que o aumento da produção é maior, a rodovia não suportará o novo fluxo de veículos pesados.

Diante da situação, solicito o apoio dos nobres Pares e o empenho deste órgão para que aquela região não sofra este grave problema.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB.

Sr. Presidente, estamos solicitando ao DNER a recuperação da MT-130, que interliga Rondonópolis a Poxoréo, porque os carros estão andando a dez quilômetros por hora. Esperamos que o Governador se sensibilize porque a situação está ruim...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência informa ao Deputado Zé Carlos do Pátio que dispõe de um minuto.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu gostaria, também, Sr. Presidente, de apresentar uma Moção de Aplausos:

Com fulcro no que preceitua o Regimento Interno, Art. 272, alínea "i", requeiro à Mesa deste Poder que seja encaminhada Moção de Aplausos ao Exmº Sr. Desembargador Dr. José Tadeu Cury pelos relevantes trabalhos prestados frente ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

No dia 24 de março vindouro o Desembargador José Tadeu Cury deixará a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, que assumiu a menos de onze meses das eleições de 1998, em razão da renúncia do então Desembargador Salvador Pompeu de Barros Filho.

Porém, mesmo com um mandato de curta duração, o Desembargador José Tadeu Cury deixará o cargo com a consciência tranqüila de haver cumprido com a sua missão.

Essa foi a primeira eleição em que até mesmo os candidatos derrotados ressaltaram a lisura do pleito, a segurança e a transparência com que o TRE conduziu o processo. Tudo isso decorreu, com certeza, de uma série de iniciativas e/ou posturas públicas do Desembargador José Tadeu Cury no exercício da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

O TRE organizou o treinamento de eleitores em todas as zonas eleitorais de forma que a urna eletrônica fosse utilizada sem problemas pelos eleitores.

A apuração foi informatizada em 100%. Nas cidades onde a votação foi manual adotou-se o sistema de apuração informatizada, com o uso de urnas eletrônicas como coletadora e totalizadora de informações a partir da abertura da urna convencional. O processo conhecido como “voto cantado” praticamente eliminou fraudes na apuração, uma vez que era a urna eletrônica que somava, totalizava e fornecia o boletim de cada urna.

Praticamente não houve recursos contra a apuração de votos. Partidos políticos, imprensa, candidatos e o cidadão comum tiveram acesso a qualquer assunto de domínio do TRE. Nunca a imprensa tinha feito uma cobertura tão ampla dos assuntos de uma eleição. A imprensa foi tratada como parceira, sendo fiscal permanente do processo eleitoral.

Em palavras do próprio Desembargador, em seu discurso na solenidade de diplomação, assim se expressou S. Ex^a: “A tarefa foi árdua, mas chegou a bom termo, porque realizou-se a função da Justiça Eleitoral que, na feliz expressão de Torquato Jardim, é abrir caminhos à expressão mais íntima do cidadão, a de que ele, pelo voto, votando ou sendo votado, reconstrói para melhor. E cada eleição, seu próprio sentido - para si, sua família e seu País. (...) - o papel da Justiça Eleitoral é, diante da República, este: garantir aos titulares da soberania que o processo institucional se realizou legítima e validamente. A ausência desta certeza fere de morte a República.”

Foi montado no Colégio Nilo Póvoas, em Cuiabá, um complexo voltado para a informação, onde partidos políticos, candidatos, imprensa e população tiveram acesso permanente a toda a apuração através de telões que transmitiam os resultados de 15 em 15 minutos.

Desenvolveu-se, também, a interligação de todas as urnas eleitorais via *Internet*, iniciativa essa que permitiu aos cartórios trocarem informações através do sistema *on line*, como consulta ao cadastro eleitoral nacional, impedindo a confecção de títulos de eleitor em duplicidade.

No Estado de Mato Grosso, 1.516.462 pessoas estavam aptas a realizar o sagrado direito/dever de voto. Para realização das eleições propriamente ditas, houve a necessidade da convocação de funcionários, bens e serviços de outros órgãos e poderes do Estado e de cidadãos de todas as profissões, porque trinta e três mil pessoas estiveram

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

envolvidas diretamente no pleito, entre elas, mesários, escrutinadores, motoristas, pessoal de apoio, que deixaram seus afazeres para atender gratuitamente o chamamento da Justiça Eleitoral. Foi necessária, ainda, a convocação das Polícias Militar e Civil do Estado, bem como da Polícia Federal e do Exército. Foram utilizados oitocentos veículos automotores, seis aviões e um barco.

A lisura na votação e apuração ficou demonstrada na quantidade mínima de impugnações e recursos, comparando-se às eleições anteriores, pois apenas duas urnas foram reabertas por determinação do Tribunal, constatando-se que o resultado apresentado na apuração não discrepou daquele constatado na recontagem.

Juízes e membros do Ministério Público Eleitoral atenderam e apreciaram com rigor e independência uma a uma às reclamações e representações que foram apresentadas por partidos, coligações e candidatos, e não se ouviu uma única voz no sentido de que possa ter ocorrido omissão ou favorecimento. Todos, até aqueles que não obtiveram os votos esperados, insistiram na lisura com que transcorreu o pleito em nosso Estado.

Cada membro daquele Tribunal, cada Procurador da República, cada Juiz e cada Promotor eleitoral pode dizer com orgulho que saiu das eleições de 1998 com a consciência plena do dever cumprido, que é garantir o exercício da democracia na sua mais pura concepção: o momento da escolha pelo povo de seus representantes nos Poderes Legislativo e Executivo.

A tarefa foi árdua, mas chegou-se a bom termo, pois o Desembargador teve a capacidade de conduzir com espírito altaneiro, democrático e com determinação todo o processo sob seu comando.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de março de 1999.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB.

Deputado Pedro Satélite, nós estamos encaminhando esta Moção de Aplausos ao Desembargador José Tadeu Cury porque achamos que o Tribunal Regional Eleitoral cumpriu um papel importante ao acompanhar o processo eleitoral no Estado de Mato Grosso na eleição passada.

O Desembargador José Tadeu Cury teve um papel preponderante. Ele ficou pouco mais de um ano exercendo a Presidência do Tribunal e marcou o seu trabalho. Eu quero aqui parabenizar o Desembargador. Aliás, no dia da minha diplomação, eu só não me retirei do local por causa do discurso do Desembargador José Tadeu Cury, porque a demagogia no discurso do Governador no dia da diplomação foi tão grande que eu ia me retirar do plenário naquele dia. Ele citou obras da iniciativa privada e do Governo Federal como se fossem obras dele.

Sr. Governador, faça a sua parte que nós faremos a nossa. Cumpra o seu papel! Trabalhe pelo Estado de Mato Grosso! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me entregar à Mesa uma Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 04/99, da lavra da Deputada Serys Shlessarenko:

**Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº
04/99, de autoria da Deputada Serys
Slhessarenko**

Nos termos regimentais desta augusta Casa de Leis, acrescente-se ao Artigo 1º, após “Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF” a expressão: “e ao Sistema Integrado de Dados Orçamentários, Físicos e Financeiros - SIDORFFI”.

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda Aditiva tem como objetivo complementar o Projeto de Lei nº 04/99, da nobre Deputada Serys Slhessarenko - PT, incluindo o SIDORFFI-Sistema Integrado de Dados Orçamentários, Físicos e Financeiros entre os Sistemas de Execução Orçamentária e Financeiro do Estado para que os Deputados tenham acesso e senha.

Com esta Emenda, dá-se maior objetividade ao Projeto de Lei e viabilidade à fiscalização dos atos do Poder Executivo, função constitucional da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado GILNEY VIANA - PT

Esse Projeto objetiva possibilitar que os Deputados tenham acesso e senha de entrada ao SIAF, e eu estou acrescentando também ao SIDORFFI-Sistema Integrado de Dados Orçamentários Físicos e Financeiros.

Nesta oportunidade, vou me permitir um comentário, porque até hoje a Mesa não esclareceu, talvez por falta de oportunidade... O Governador Dante de Oliveira teve mais de uma oportunidade, mas, inicialmente, quando conversávamos a respeito daqueles quarenta e cinco milhões que o Senado estava discutindo se dava autorização de contratação junto ao BIRD, eu falei: “Governador, V. Ex^a deveria liberar para...” Uma das razões por que eu era contra a contratação de empréstimo, era exatamente porque não existia, por parte do Legislativo e também da população, o controle da aplicação dos recursos públicos e orçamentários. E, particularmente da parte do Legislativo, não se tinha acesso à execução orçamentária e ao SIAF, e agora também eu acrescentaria via SIDORFFI.

Aí, o Governador nos colocou a seguinte questão, disse que depois, numa última oportunidade, depois que ele conseguiu aprovar os quarenta e cinco milhões, a autorização de quarenta e cinco milhões no Senado, ele repassou para a Assembléia Legislativa uma massa de recursos da ordem de duzentos e quarenta, duzentos e cinqüenta mil reais, para que a Assembléia Legislativa procedesse a sua informatização, ou seja, montasse computador, montasse uma rede que fosse tecnicamente habilitada para acessar a rede lá da SEFAZ.

Eu questiono a Mesa e, eventualmente, se o Presidente em exercício não puder me informar agora, eu me permitiria esperar a presença do Presidente efetivo, para saber em que condições realmente o Governador do Estado cedeu esses recursos, na ordem de duzentos e cinqüenta mil reais, e se nessa cedência foi acordado com a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa a concessão do acesso e da senha ao sistemas integrados da Secretaria de Fazenda.

Independente disso, eu estou fazendo um adendo ao Projeto de Lei de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, porque técnicos da SEFAZ me informaram que um controle

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

mais completo da execução orçamentária deveria se confrontar aos dados do SIDORFFI-Sistema Integrado de Dados Orçamentais, Físicos e Financeiros e o SIAF-Sistema Integrado de Administração Financeira.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência informa que no momento não tem nenhuma informação, mas determina à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa que providencie todas as informações necessárias, na medida do possível.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, nobres Deputados:

Eu não viria a esta tribuna se o Deputado Zé Carlos do Pátio não tivesse citado o meu nome como responsável pela não vinda das informações solicitadas por ele neste plenário.

Deputado Zé Carlos do Pátio, o Líder do Governo não vai vir a esta tribuna todas as vezes em que V. Ex^a fizer esse discurso inflamado, xingando o Governo. O Governo vai responder, sim, o pedido de informação de V. Ex^a, porque V. Ex^a está transformando o plenário da Assembléia num palanque político, com essa gritaria que até incomoda os Deputados - tudo pode ser feito em termos mais suaves, em termos parlamentares.

O Governador do Estado está governando, Deputado Zé Carlos do Pátio, está consertando rodovias, fazendo rodovias, refazendo estradas feitas por empreiteiras - talvez más empreiteiras, que ele não tem responsabilidade nisso, porque foi através de concorrência.

E eu perguntaria a V. Ex^a qual foi a rodovia que o Governo, ao qual V. Ex^a é tão atrelado, o Governo Bezerra fez em Mato Grosso? Eu não conheço nenhuma, em todas as regiões do Estado que eu conheço. Eu não conheço sequer uma rodovia feita por ele!

O padrão da Rodovia MT-100 é de nove metros mesmo...

(O SR. DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. RENE BARBOUR - É o padrão de todas as rodovias desse tipo, é esse o padrão!

O Governador está governando, atravessando uma fase difícil. Todo o Brasil está vivendo uma crise muito grande, uma tremenda crise e, naturalmente, ele não poderia estar fazendo milagre, Deputado Zé Carlos do Pátio.

A Sr^a Serys Shlessarenko (FALA DE SUA BANCADA) - A “Casa está arrumada”...!

O SR. RENE BARBOUR - A “Casa está arrumada”, Deputada Serys Shlessarenko, porque ele pegou a folha de pagamento com três meses de atraso e está em dia hoje. Está arrumada! Os fornecedores estão sendo pagos pontualmente!

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Zé Carlos do Pátio, o Líder do Governo não pretende vir a esta Tribuna toda vez que V. Ex^a fizer esse inflamado discurso. O Governo está governando com responsabilidade, controlando as finanças do Estado, porque o Estado de Mato Grosso é um dos Estados que tem as suas finanças controladas no Brasil e os Requerimentos de V. Ex^a oportunamente serão respondidos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de passarmos a palavra para a Deputada Serys Shlessarenko, quero registrar, com muita honra, a visita dos alunos do Colégio Ibero-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

americano, que está dentro do Programa “Por Dentro do Parlamento”, acompanhados dos professores Lourenço, Falcão e Sílvia Maria Moreno. Queremos dar a todos as boas-vindas.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, nós só temos cinco minutos, mas eu preciso aproveitar esse espaço de tempo para dizer da importância do nosso Projeto de Lei que trata do SIAF, principalmente agora, com a Emenda de autoria do Deputado Gilney Viana, tratando também do SIDORFFI. Por que a importância deste Projeto com esta Emenda? Pela transparência dos recursos públicos do Estado de Mato Grosso.

A última prestação de contas do Sr. Dante de Oliveira a que eu tive acesso foi a do mês de dezembro, com arrecadação de 166 milhões de reais. Depois disso nós não conseguimos nem de longe passar por perto de alguém que nos diga em quanto está orçada esta arrecadação. Não se sabe nem o total, Deputado Gilney Viana, muito menos o que vai para a folha de pagamento, o que vai para pagamento da dívida, para isso e para aquilo. Antes, vinha naquele papelzinho que, de verdade, tinha muito pouco, mas era um papel que aparecia publicado lá na imprensa, comprido e estreitinho, dizendo: gastou tanto com isso, tanto com aquilo, com aquilo e outro. Ali nós sabíamos que as informações não eram verdadeiras, eram manipuladas, mas era algum tipo de informação. Ali dizia o total de gastos com pagamento de pessoal, eu lembro que nas últimas que eu vi, essa folha de pagamento do Executivo estava em torno de 38 milhões de reais, mas isso já faz tempo, nunca mais se viu.

Depois de um determinado tempo que ele parou de publicar, ele voltou a publicar já sem a especificação da folha de pagamento. Ele diluiu, olha a gravidade, ele diluiu a folha de pagamento nos gastos das áreas de Secretarias. Gastos da Secretaria de Saúde, não sei quanto, Secretaria de Educação, não sei quanto, mas ninguém sabe quanto daquilo é para salário, quanto é para investimento, para custeio, para isso, aquilo, aquilo e outro - quer dizer, nem sequer o total da folha de pagamento do Estado hoje. Eu quero saber aqui qual o Deputado que sabe o total exato da folha de pagamento do Executivo hoje? Quem sabe? Ninguém sabe! Senhores Deputados, uma das nossas grandes tarefas se chama fiscalizar os recursos arrecadados pelos cofres públicos.

Portanto, Srs. Deputados, isso é muito grave! Quando eu vejo uma entrevista do Sr. Dante de Oliveira, como eu vi no domingo, em que ele diz que gastará com o pagamento do funcionalismo público do Executivo, no ano de 99, 330 milhões de reais... Atentem para o dado! Ele tem que ajustar mais ainda a folha, porque a lei agora, nem é mais a Lei “Rita que mata”, aquela dos 60%, agora vai diminuir mais ainda os gastos com o funcionalismo. Não sei se está levando o mesmo nome daquela lei, mas agora tem que se gastar menos ainda, porque tem que se adaptar a essa lei que aperta ainda mais o cinto. Ele vai ter que diminuir 20% os gastos com pessoal, porque estão previstos 330 milhões, mas vai ter que diminuir 20%.

E os Senhores sabem, esse Governador - para não dizer o nome - que precisa de óleo de peroba para passar na cara, que é isso que ele tinha que usar, diz que vai gastar 272 milhões com o pagamento da dívida no ano de 1999.

Para qualquer um de nós que saiba fazer uma continha bem fácil, 330 milhões - o Governador disse isso por escrito, se ele não falou a verdade é outro departamento, porque ele costuma muito fazer isso, não falar a verdade - são 330 milhões com o pagamento de pessoal, tendo que diminuir 20%, quanto é que dá? Façam as contas!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Mas com a dívida, porque ele tem que gastar 272 milhões! Que Governo é esse, meus Senhores, não tem lei a que ele esteja se ajustando! Ele está gastando muito menos que 50% com o pagamento do pessoal.

Infelizmente o meu tempo acabou. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de 25 minutos.

Informo ao nobre Deputado que às 10:00 horas inicia-se a Ordem do Dia.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, primeiro, eu quero aqui contestar o Deputado Rene Barbour. Algum dia eu briguei com algum Deputado, eu xinguei ou ofendi? Não! Isso é injustiça dele! Ele quer argumentar a minha oposição em cima de uma questão pessoal, que o Deputado grita, que o Deputado fala, que o Deputado isso...

O que eu quero é que o Deputado Rene Barbour, que é Líder do Governo aqui na Assembléia, busque as soluções concretas daquilo que é...

Ouviu, Deputado? Eu quero que V. Ex^a não fique questionando se eu falo alto ou falo baixo, porque até hoje não ofendi ninguém...

O Sr. Rene Barbour (FALA DE SUA BANCADA) - Estou ouvindo, Deputado!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero que V. Ex^a me garanta o direito de falar. O que eu quero, Sr. Deputado, é que se cumpra o Regimento Interno. E eu tenho o meu direito como Deputado, como Parlamentar, de fiscalizar o Poder Executivo. E, na verdade, eu nunca ofendi um colega Deputado aqui na Assembléia! Eu simplesmente questiono o papel e a função do Governo e como ele está se comportando em relação ao Parlamento, porque ele não dá resposta para ninguém, ele atropela o Poder Legislativo!

E isso, Deputado Rene Barbour, eu quero dizer que eu não aceito, com isso eu não concordo, em relação a isso eu quero um resultado da Assembléia Legislativa.

Eu queria ver se a Bancada...

(NESTE MOMENTO, OS DEPUTADOS GILNEY VIANA E SERYS SLHESSARENKO DIALOGAM COM O PRESIDENTE - PAUSA.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O que é que houve? (PAUSA)

Caros colegas Deputados, eu quero aqui falar uma outra coisa. Além de o Sr. Governador aumentar o ICMS em 42% do povo pobre, do povo humilde, do povo simples deste Estado, esse Governador não atende nenhuma reunião do povo lá, do Conselho Fazendário.

É, meus caros colegas, o Governo Federal agora reduziu de 10% para 5% o IPI-Imposto sobre Produtos Industrializados. O CONFAZ-Conselho Fazendário decidiu reduzir de 17% para 12% a alíquota do ICMS dos veículos automotores novos.

O único Estado que não reduziu 1% sequer, é o Estado de Mato Grosso! Foi uma decisão do CONFAZ, foi uma decisão do Conselho Fazendário, e o pior, meus caros colegas, quero aqui dizer alguns dados interessantes, o Estado de Mato Grosso comercializava uma média de mil...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência, apenas para fazer justiça, comunica ao nobre Deputado Gilney Viana que o Presidente titular não nos passou a inversão de inscrição, para que V. Ex^a tivesse o direito de usar a tribuna neste momento do Grande Expediente. Mas deixamos claro que na próxima Sessão o tempo será integral.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - A média...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Nós iríamos até fazer a proposta para que cedessem o tempo, mas não houve esse entendimento.

Continua com a palavra o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado do PT tem hora que... (RISOS NO PLENÁRIO).

Sr. Presidente, tem hora que é complicado. Eu estou fazendo pronunciamento aqui...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos a V.Ex^a que estamos cumprindo o Regimento Interno e que V. Ex^a está com a palavra.

Antes, porém, solicito ao Deputado Eliene, 2º Vice-Presidente, que assuma a direção dos trabalhos, pois como não posso interpelar V. Ex^a, vou solicitar um aparte durante o seu pronunciamento.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 09:39 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, nós ficamos um pouco aborrecido, porque nosso discurso foi cortado três, quatro vezes, isso é horrível, até parece que estão armando isso.

O Estado de Mato Grosso vendeu uma média de 1.490 veículos por mês, isso em 1998. Em 1999, está vendendo uma média de 653 veículos.

Isso significa, Sr. Presidente, que nós estamos perdendo divisas para outros Estados. O cidadão mato-grossense está comprando veículos novos fora do Estado, porque aqui o ICMS está alto.

Quero aqui dizer, Sr. Presidente, que o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná já não estão cobrando 12% do ICMS dos veículos novos automotores, eles já estão cobrando 09%.

Anteontem, eu estive com o Governador Itamar Franco, que cobra 12% e está reduzindo para 09%. E o Estado de Mato Grosso está cobrando 17%! Ora, além de aumentar o IPVA, além de aumentar o ICMS, nas costas do trabalhador pobre e humilde, em 42%, ele ainda, Sr. Presidente, está aumentando a alíquota do ICMS da venda dos veículos novos automotores!

Quero aqui dizer que enquanto brigamos por uma alíquota de 12%, São Paulo, com a edição da Lei nº 1.231, de 12 de março, passou a cobrar 09%. Quer dizer, mais divisa do Estado de Mato Grosso! E tem mais, São Paulo aumentou 70% da venda dos seus veículos novos. O Estado de São Paulo, hoje, está vendendo mais veículos novos que o Estado de Mato Grosso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que isto aqui é o Estado de Mato Grosso! Já existe, hoje, no País, uma ordem econômica que é reduzir os impostos para aumentar a economia, para aumentar o poder de arrecadação dos Estados. O Estado de Mato Grosso é inverso... Ele aumenta os impostos achando que vai aumentar a arrecadação, mas é o inverso! Se hoje estamos vendendo menos carro que antes, significa o quê? Significa que a população não está comprando carro em Mato Grosso!

Sr. Presidente, nós demos entrada ontem nesse Projeto, juntamente com os Deputados Humberto Bosaipo - que é um Deputado que vem lutando nesta Casa com relação

à questão das alíquotas do ICMS de veículos novos -, Moacir Pires, José Carlos Freitas e Joaquim Sucena, solicitando do Governo a redução da alíquota do ICMS.

Eu tenho uma questão a informar à sociedade mato-grossense, que é pior ainda. O Governo só irá reduzir a alíquota do ICMS dos veículos novos se as concessionárias retirarem da Justiça todos os processos que deram entrada contra o Governo. V. Ex^{as} sabiam disso? Na verdade, o Governo está tentando fazer, nada mais nada menos que uma negociação, uma verdadeira chantagem. Quer dizer, ele reduz o ICMS se as concessionárias retirarem da Justiça os processos impetrados contra o Estado. Sabem qual processo as concessionárias têm na Justiça contra o Estado? Na verdade, o Estado está cobrando um valor de ICMS dos carros que está acima do valor de mercado. Quer dizer, o Governo cobra um ICMS sobre um valor do carro e as concessionárias estão vendendo o carro a quem daquilo que o Governo está cobrando. Eles estão solicitando ressarcimento daquilo que lhes é de direito.

Eu parabeno os Srs. Deputados que estão entrando com esse projeto juntamente conosco: Humberto Bosaipo, José Carlos Freitas e Moacir Pires. Hoje à tarde daremos uma entrevista coletiva à imprensa em relação a essa denúncia, a essa postura do Governo quanto ao ICMS.

A Carta de Princípios que elaboramos num encontro, numa teleconferência em Minas Gerais, resultou da criação da Frente Parlamentar em defesa da autonomia dos Estados. E temos a honra de o Deputado Elarmin Miranda fazer parte dessa Comissão. Essa Carta tem alguns tópicos importantes que gostaria de ler aqui.

Primeiro: “Levar a todos os Parlamentares e a toda a sociedade brasileira as discussões sobre o endividamento dos Estados, buscando soluções coletivas para a renegociação das dívidas com a União”. Este foi um dos primeiros tópicos da Carta de Princípios. Então, vamos levar à sociedade as discussões sobre o endividamento dos Estados e vamos buscar soluções coletivas para renegociarmos as dívidas dos Estado.

O segundo item: “Lutar pela revogação da Lei Kandir e pela revogação do FEF-Fundo de Estabilização Fiscal, instrumentos que transferem para o Governo central parte substancial dos recursos dos Estados”.

Srs. Deputados, o Governo Dante de Oliveira é subserviente ao Governo Federal. Ele aceita a Lei Kandir como um bom menino, como um bom aluno que senta na primeira carteira e, em contrapartida, aumenta os impostos do povo mato-grossense.

Eu não estou sendo mal educado com o Governador, quero deixar isso bem claro. Eu não estou fazendo uma ofensa pessoal, nós estamos questionando politicamente o Governador.

Terceiro item: “Sensibilizar os Deputados Federais e Senadores para que se aprove no Congresso Nacional uma reforma tributária que reduza a centralização de impostos nas mãos da União, com repartição mais justa entre Estados e Municípios”.

Essa distribuição dos tributos, Srs. Deputados, está sendo mal feita. Essa discussão da competência e da distribuição financeira dos recursos públicos tem que ser mais debatida. O pacto federativo é justamente para isso!

Quarto item: “Estimular o debate sobre um novo pacto federativo no qual a subordinação imposta aos Estados e Municípios seja substituída pela autonomia, pela convivência harmônica, pelo equilíbrio de atribuições e responsabilidade”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Ora, hoje, o pacto federativo é justamente para que não aconteça a ingerência do Governo Federal nos Estados. O Governo Fernando Henrique Cardoso tem o poder de confiscar os recursos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de outros Estados. Isso é justo? E a autonomia do Estado? Quer dizer, de contrapartida, o bom menino, o bom aluno Dante de Oliveira aceita o jogo de Fernando Henrique Cardoso e aumenta os impostos para pagar as dívidas, ao invés de lutar pela autonomia do Estado, pelos direitos do nosso povo e pela redução de impostos, até porque nós estamos provando aqui ...

O Sr. Pedro Satélite - Permite-me um aparte, nobre Deputado Zé Carlos do Pátio?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Pedro Satélite, a quem respeitamos muito e que faz parte do meu Partido.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, nobres Pares, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu estava ouvindo o seu pronunciamento e quero dizer que, antes de mais nada, nós temos certeza de que esta Casa se orgulha de ter Deputados com a sua postura, que briga, que luta, que denuncia.

Mas, neste momento, eu gostaria até de me afastar um pouquinho do seu pronunciamento, motivo pelo qual pedi ao Vice-Presidente, Deputado Eliene, que assumisse a Presidência, para colocarmos, de público, uma questão que nos preocupa - estive conversando com o Deputado Elarmin Miranda -, sobre o nosso colega Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

V. Ex^a, ontem, colocava que o Deputado Wilson Teixeira Dentinho não seria mais Deputado do PMDB aqui dentro do Parlamento, e sim lá fora.

Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, usando esta tribuna, para que nós encerrássemos esse caso. V. Ex^a, como Líder do nosso Partido, está se conduzindo muito bem, e irá se conduzir cada vez melhor, porque nós vamos adquirindo novas experiências aqui nesta Casa.

Eu me preocupo porque, no mandato passado, nós criamos um Bloco aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio, e esse Bloco, em pouco tempo, explodiu. Ele não existiu, até porque quando o Deputado deixa o Partido para fazer parte de um Bloco, ele deixa de usar a palavra pelo Partido, e nós temos certeza de que esse Bloco foi uma articulação muito bem feita.

Eu quero parabenizar a liderança, inclusive do PSDB, do Governo do Estado, que conseguiu articular, de maneira inteligente, para conseguir o maior número aqui nas Comissões.

Então, esse foi o motivo da criação desse Bloco. E, em breve, eu acredito que o Deputado Wilson Teixeira Dentinho deixará o Bloco e voltará à sua origem, vindo militar aqui no Parlamento junto ao PMDB. Com certeza, isso irá acontecer. Isso é normal e o nosso Regimento permite que isso seja feito.

Então, que encerremos de uma vez por todas, até porque o Deputado Wilson Teixeira Dentinho... Com certeza, a sociedade, talvez, não irá entender como é que lá fora ele é do PMDB e aqui dentro ele não pertence ao PMDB. Fica difícil, Deputado, às vezes, explicar isso! Nós, aqui, entendemos isso perfeitamente!

Eu quero pedir ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho - porque nós estamos juntos nessa luta e continuaremos, com certeza - para colocarmos um ponto final nesse assunto, na questão do Deputado Wilson Teixeira Dentinho estar nesse Bloco. E dizer a V. Ex^a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

que o meu raciocínio, o meu pensamento é bastante idêntico, Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Eu vou fazer Oposição, sim, ao Governo do Estado, mas não uma oposição radical, com raiva, com ódio, com rancor...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ESTÁ ESGOTADO.)

O Sr. Pedro Satélite - V. Ex^a me concede mais um minuto para concluir?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Pois não.

O Sr. Pedro Satélite - Só porque o nosso Partido também dá sustentação ao Governo Federal, e eu já coloquei, numa outra oportunidade, que nós votamos - a grande maioria das matérias em Brasília foram aprovadas - a favor, sim, do Estado de Mato Grosso. Nós vamos dar sustentação ao nosso Estado naquilo que for melhor para nós.

Eu agradeço o aparte e numa próxima oportunidade nós iremos debater esse assunto com mais tempo. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Deputado Pedro Satélite, eu até estava discutindo outro assunto.

Eu acho que, veja bem, quem sou eu para decidir o destino do Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Eu sou somente o Líder da Bancada do PMDB aqui. Agora, regimentalmente - se esse Regimento é certo ou não - dentro da Assembléia Legislativa, o Deputado sabe disso, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho sabe disso, ele não responde pela Bancada do PMDB, ele responde pelo Bloco Autonomia.

Então, veja bem, se a sociedade lá fora está confusa, eu também estou confuso aqui. Agora, não sou eu que vou decidir sobre isso, quem vai decidir sobre isso é o PMDB. Aqui dentro eu tenho que colocar claro para a sociedade o que está acontecendo, fora desse Parlamento, o PMDB que tem de decidir, o Diretório Municipal e o Diretório Regional do PMDB.

Quanto ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, jamais eu vou decidir o rumo dele, quem vai decidir o rumo dele é ele mesmo e o Partido. Eu só quis colocar a questão sob o ponto de vista regimental.

E V. Ex^a há de convir comigo, Deputado Pedro Satélite, que regimentalmente o Deputado não faz parte do PMDB. Regimentalmente, ele faz parte do Bloco Autonomia, mas eu quero respeitar a posição do Deputado, ele dá o rumo que ele achar melhor para sua vida pública. Agora, eu quero deixar claro para a sociedade que não é esse o caminho que o Regimento Interno da Casa propõe. Aliás, o Regimento Interno da Casa enfraquece os Partidos Políticos, ele fortalece as pessoas! E, lamentavelmente, isso é um erro! Agora, eu não vou ficar aceitando, como Deputado Estadual, nesta Casa de Leis, certos atos que não conferem a mim decidir e atitudes dos colegas Deputados que, de certa forma, estão contra os interesses do Partido...

O Sr. Moacir Pires - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Moacir Pires - Deputado Zé Carlos do Pátio, quando entramos nesta Casa, várias pessoas nos ensinaram alguns caminhos a seguir - o lado do companheirismo aqui dentro, como na Câmara Municipal de Cuiabá.

Na Câmara Municipal de Cuiabá nós formamos uma família de vinte e um Vereadores, de irmãos, de companheiros, de amigos. Aqui na Assembléia Legislativa eu pretendo fazer a mesma coisa com os vinte e quatro Deputados que estão aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu queria estender aqui a minha mão amiga a esse companheiro, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, uma pessoa que mostrou ser parceiro, companheiro e amigo nas horas difíceis.

O Deputado que vai indicar membros para as Comissões tem autonomia de Deputado, não de Partido, porque é o Deputado que escolhe.

V. Ex^{as} me indicaram para participar da Comissão de Agropecuária Indústria e Comércio e me tiraram... Eu não vou reclamar. Eu falo nos bastidores para V. Ex^{as} que tenho vontade de participar, porque eu represento a classe agropecuarista do Estado de Mato Grosso - eu sou filho de pecuarista - e queria pedir, de público, aqui ao Deputado Elarmin Miranda, a V. Ex^a também, assim como ao Deputado Nico Baracat, para que continuem com a palavra de V. Ex^{as} ao me indicarem para essa Comissão, porque eu gostaria de fazer parte dela.

Quanto ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, todos nós temos que lhe externar um abraço, porque a imprensa tem batido demais e às vezes, tenho certeza de que na maioria das vezes, até sem razão.

O tempo será o senhor da verdade, não é Deputado?

Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria dizer ao Deputado Moacir Pires - que até deu uma conotação aqui de que eu sou contra os meus colegas - que não é isso, em hipótese alguma!

Eu acho que a Bancada que mais cedeu vagas para Deputados de outros Partidos para compor as comissões foi a do PMDB. Nós colocamos o Deputado Joaquim Sucena, do PTB, que entrou num processo de isolamento no Partido dele. O Deputado Gilney Viana vai fazer parte da Comissão de Cidadania, indicado pelo PMDB. O Deputado - cadê o Deputado Moacir Pires? - Moacir Pires pode estar certo de que nós vamos discutir e, possivelmente, V. Ex^a poderá fazer parte da Comissão de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio. Nós achamos salutar nessa questão.

Quanto à questão do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Senhores, eu não tenho nada contra ele, contra a pessoa dele. Eu estou fazendo uma discussão política. Agora, aquilo que saiu na imprensa não é correto. Em nenhum momento eu fiz discurso, dei alguma informação dizendo que eu defendia a sua expulsão do PMDB. Isso quem define é o PMDB, são os Diretórios Regional e Municipal. Aqui dentro da Assembléia Legislativa ele faz parte do Bloco Autonomia. Cadê a lista de presença? Está aqui a lista de presença, Srs. Deputados! Está aqui, Deputado Pedro Satélite - da Bancada do PMDB: Deputado Elarmin Miranda, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Pedro Satélite. Cadê o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, aqui na lista? V. Ex^a é Presidente da Assembléia Legislativa, por que não o colocou na Bancada do PMDB? Não! O Deputado Wilson Teixeira Dentinho está no Bloco Parlamentar Autonomia. Não sei, talvez ele seja até o Líder lá. Quer dizer, isso é regimental. Está aqui! Então, eu não estou falando nada de errado. Se eu estivesse fazendo alguma coisa de errado, estaria equivocado.

Mas eu quero dizer ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho que ele pode rever a posição dele...

O SR. PRESIDENTE - Informamos ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio que faltam três minutos para encerrar o Grande Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Para terminar, Sr. Presidente, eu quero dizer, hoje, que nós do PMDB, juntamente com os Deputados Moacir Pires, José Carlos Freitas e Humberto Bosaipo, estamos entrando com esse Projeto de Lei para reduzir o ICMS das alíquotas de veículos automotores novos.

Hoje à tarde, nós vamos conceder uma entrevista coletiva à imprensa, juntamente com o Deputado Humberto Bosaipo, que é o grande carro-chefe desta discussão - nós estamos participando junto, porque isso envolve muitas questões.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer o que nós defendemos. Nós queremos uma nova ordem econômica para este País. Não tem como manter o País da forma como está. Houve, no Plano Real, uma reforma da moeda e não houve um plano econômico. Houve um plano de uma moeda que ficou estável em função de juros altos, de uma política recessiva. Agora, nós temos que garantir a estabilidade econômica, uma política econômica realmente séria.

Quero parabenizar o Governador Itamar Franco, porque ele está colocando para a sociedade brasileira, inclusive eu e o Deputado Elarmin Miranda estivemos lá em Minas Gerais, no Palácio da Liberdade, junto com o Governador Itamar Franco, para nós discutirmos - os Deputados do PMDB e do PT de Minas Gerais estão todos fazendo atos públicos em todas as cidades-pólos de Minas Gerais - uma nova política econômica e a autonomia dos Estados, e acredito que vamos fazer esse fórum de debates também.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao Deputado que o seu tempo já está esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Convidamos, para assumir a direção dos trabalhos, o Deputado Pedro Satélite. (O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 10:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência registra, com prazer, a presença em nossas galerias de uma comitiva do Município de Guarantã do Norte, representada pelo nosso amigo Tomás, que vem aqui se manifestar, com a preocupação também dessa medida que foi tomada há poucos dias quanto à questão que está afetando os nossos trabalhadores no ramo madeireiro, que é a Portaria n° 016/99.

Não havendo matéria na Ordem do Dia, em função da Questão de Ordem levantada pelo Deputado Benedito Pinto, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana, em razão de não termos concedido, por um equívoco, a palavra a ele.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu vou me permitir ler um texto que não é da lavra do Partido do Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Deputado, só para não atrapalhar o seu raciocínio depois, queremos informar que, pela mudança que houve junto às Lideranças, V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado.

Resumidamente, podemos afirmar que Cuiabá está com um Sistema de Saúde inoperante, ineficaz e caro, que não consegue sequer resolver problemas mínimos - como um pré-natal de qualidade, acompanhamento de hipertensos, atender e tratar crianças com

infecção respiratória aguda -, que teriam um grande impacto nos indicadores de mortalidade, com um custo muito pequeno.

A porta de saída do Sistema - o Pronto-Socorro e o Hospital Municipal - também não está dando resposta, uma vez que, realizando o atendimento que deveria estar sendo feito nos outros níveis do Sistema, não consegue dar resposta adequada para a sua real função, que é atender o grande trauma. Ou seja, não dispõe sequer de um sistema de saúde e, sim, de várias unidades que operam individualmente, anarquicamente, sem um objetivo ou meta definida, desintegradas e sucateadas.

Essa é a conclusão do relatório elaborado em 09 de dezembro de 1998 pela Secretaria Municipal de Cuiabá e por sua Coordenação de Planejamento. Ou seja, constata-se que o Sistema Único de Saúde em Cuiabá está falido e que a causa principal da falência, talvez, não seja a insuficiência de recursos, mas a gestão inadequada dos recursos disponibilizados.

Alguns indicadores de saúde deveriam ser considerados, conforme o próprio Relatório da Prefeitura para 1997, atentando-se para que em 1998 provavelmente esses indicadores terão piorado:

“- partos cesarianos, 54,89% - quando a média nacional é 40%.”

Essa média é muito alta. Um padrão não recomendado pela Organização Mundial da Saúde, nem pelo Ministério da Saúde.

“- pré-natal inadequado, com menos de seis consultas/ano.”

Ou melhor, gestação, 36,8% - quase 40% dos procedimentos de pré-natal aqui em Cuiabá não são adequados. E vamos ter, como conseqüência, um índice de mortalidade infantil, um coeficiente de mortalidade elevado, de 45,2% por mil nascidos vivos. Esse é o quadro da saúde de Cuiabá!

Por isso nós fizemos uma proposta - com o apoio de onze Srs. Deputados - para constituir uma Comissão Especial para averiguar as condições de saúde de Cuiabá e o funcionamento do SUS, da qual fazem parte os Deputados Moacir Pires, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Joaquim Sucena e eu.

Nós realizamos a primeira reunião da Comissão e, depois de algumas preliminares, nós estabelecemos um programa de trabalho. Primeiro, ouviremos a Ouvidoria do Conselho Municipal de Saúde, a Ouvidora Municipal, a Dr^a Alba Medeiros, agora na quinta-feira, às 15:00 horas; depois, o representante dos usuários, representante dos prestadores de serviços; e, então, as autoridades constituídas responsáveis, o Secretário Estadual de Saúde e o Secretário Municipal de Saúde.

O que eu tenho ouvido de técnicos, de acadêmicos e de usuários do Sistema de Saúde é estarrecedor, porque a soma de recursos disponibilizados, em verdade, possibilitaria - aí está atestado pela própria Secretaria Municipal de Saúde - que os serviços fossem de melhor qualidade e que os indicadores de saúde ou de doenças fossem rebaixados a um nível razoavelmente adequado às nossas condições socioeconômicas.

O que nós vemos é o contrário disso, nós temos uma massa de recursos razoável e uma utilização inadequada que produz um resultado sofrível do ponto de vista dos indicadores de saúde: coeficiente de mortalidade geral alto; coeficiente de mortalidade infantil bastante elevado; índice de consulta/ano rebaixado, bem abaixo do limiar estabelecido pelo Ministério da Saúde; cobertura de internações superdimensionada na rede privada; intervenções em alguns segmentos; áreas de clínicas superdimensionadas, como é o caso da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

oncologia, dos serviços psiquiátricos e da obstetrícia, particularmente em relação aos partos cesarianos.

Esse é o quadro, com dados oficiais da Secretaria Municipal de Saúde, não são dados do PT, ou do Sindicato dos Médicos, ou do Conselho Municipal de Saúde - nada disso! É por isso que a Assembléia Legislativa precisa tomar consciência desses fatos e sugerir medidas que possam melhorar a gestão do SUS em Cuiabá.

Eu diria que existem alguns atenuantes e que são argumentos sacados pela Prefeitura, por essa gestão do ex-Deputado Roberto França, para justificar a sua má gestão na saúde.

Primeiro, que em Cuiabá os recursos não progrediram na mesma proporção da população, é correto. Segundo, que Cuiabá é referência do Estado e que atende a demanda do interior e de outros Estados, é correto. Terceiro, que Cuiabá atende uma grande porcentagem dos partos e de atendimentos de clínicas especializadas de Várzea Grande e municípios vizinhos, é correto. Mas, ainda assim, a massa de recursos transferidos pelo Governo Federal, alguns que são disponibilizados pelo Governo Estadual e os próprios recursos orçamentários da Prefeitura, que somam quase seis milhões de reais/mês - seis milhões de reais/mês são um recurso significativo e muito importante, tão importante que representa mais de 50% do orçamento mensal da Prefeitura de Cuiabá...

Então, se a gestão é inadequada, se os recursos são insuficientes, se a Prefeitura não se deu conta de que está caminhando para superlativar a crise, foi preciso que o Ministério da Saúde de Brasília desse um “puxão de orelha”. O Ministro decretou intervenção no SUS de Cuiabá, colocou os recursos federais sob administração da Secretaria Estadual de Saúde, uma verdadeira “batata quente” que está nas mãos do Secretário Júlio Müller, e sinalizou para a sociedade cuiabana e mato-grossense dizendo: “Tal como está o SUS em Cuiabá não pode continuar.”

E quem disse isso não foi o Partido dos Trabalhadores, não foi o Sindicato, não foram os usuários, foi o Ministro da Saúde, o Sr. José Serra. Ele disse claramente que aqui há cobrança irregular e ilegal do usuário, que está pagando por fora pelos procedimentos. Isso foi o Ministro quem falou. Segundo ele disse: “Aqui há um carreamento para a hospitalização, principalmente psiquiátrica, superdimensionada”. E, depois, ele disse: “Este município parece ser dirigido por um Simão Bacamarte”, que é uma figura do livro “O Alienista”, de Machado de Assis, que queria internar todos num hospital psiquiátrico supondo que só ele era o sadio na cidade, ele era o sadio e os outros eram loucos. Isso foi o Ministro quem falou! O Ministro disse, também, que há um superdimensionamento nos pagamentos dos serviços oncológicos, que a Prefeitura não respondeu à auditoria que foi feita em agosto de 1998, que a Prefeitura não respondeu a cobrança feita em outubro de 1998. Foi o Ministro, não foi o PT!

Então, por essas razões, o Ministro, que é do PSDB, que é do Governo Fernando Henrique Cardoso, decretou intervenção no Município dirigido pelo Prefeito Roberto França, que também é do PSDB.

Olha, se os usuários falam que a coisa está errada, se a população percebe que aqui o SUS não funciona, se os técnicos da própria administração municipal dizem que o Sistema está falido, se o Ministério da Saúde decreta intervenção exatamente porque a administração municipal não se deu ao trabalho de sequer responder ao Ministério da Saúde, então o caos está estabelecido na saúde em Cuiabá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Para terminar, eu espero poder voltar a esse assunto quando for restituído o meu tempo no Grande Expediente. Eu quero informar que, ontem, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde, numa participação paritária do Governo e da sociedade. Eu pergunto a V. Ex^{as}: Qual foi a resolução do Conselho Municipal de Saúde? Foram dois pontos: primeiro, falar ao Ministro da Saúde sobre sua estranheza diante da intervenção, principalmente porque não houve uma consulta, e estando o SUS de Cuiabá sob gestão plena, supõe-se que tem autonomia, mas supõe-se também que tem o mínimo de respeito à hierarquia do programa de saúde nacional, independente de qual seja o Governo; segundo, sugere, propõe, decide que deve fazer uma auditoria de gestão no SUS de Cuiabá para averiguar se os recursos estão sendo aplicados adequadamente. E eu não estou falando aqui de irregularidades administrativas do ponto de vista criminal, de malversação dos recursos públicos, mesmo porque não tenho conhecimento disso. Eu estou falando aqui de aplicação inadequada, porque aqui o SUS está falido, a Secretaria de Saúde não tem metas, não tem objetivos e atende, aos trambolhões, a sua demanda.

Bem, Srs. Deputados, para contribuirmos com a solução dessa crise é que estamos iniciando os trabalhos da Comissão Especial que irá averiguar o funcionamento do SUS em Cuiabá, certos de que esses dados, essas críticas, essas sugestões aparecerão e os Srs. Deputados saberão avaliar com sabedoria e propor a mudança, porque do jeito que está é o caos e quem paga pelo caos é a população. Muito obrigado.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, apenas para informar aos Srs. Deputados que se encontra na Presidência o Deputado Chico Daltro, Secretário de Estado de Agricultura, juntamente com os técnicos da EMPAER e do INDEA, para ter uma conversa informal com os Srs. Deputados e também para tirar alguma dúvida na sua pasta, no INDEA e na EMPAER.

Nós gostaríamos, neste momento, de convidar todos os Srs. Deputados que estiverem interessados em participar dessa reunião com o Deputado Chico Daltro, a comparecer na Presidência.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência estende, também, esse convite a todos os Srs. Deputados, juntamente com o Deputado Riva.

Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que dispõe de dez minutos.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Não serão necessários dez minutos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, assistência, funcionários desta Casa:

Sr. Presidente, uso a tribuna para agradecer a V. Ex^a, Deputado Pedro Satélite, e ao Deputado Moacir Pires, meu amigo pessoal, à Deputada Serys Shessarenko que manifestou, indiretamente, apoio a mim, sobre a Questão de Ordem do nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, Líder do PMDB, nas suas colocações nesta Casa, referindo-se ao Regimento Interno, colocando que o Deputado Wilson Teixeira Dentinho não poderia mais falar em nome do PMDB.

Eu fico triste, até porque tenho história no PMDB, mas prometo ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, ao próprio companheiro Elarmin Miranda e ao Deputado Nico Baracat que amanhã já terei a minha posição formada sobre a questão levantada pelo Líder do Partido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu acho que V. Ex^a jogou um balde de água fria que torna muito difícil minha permanência no Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

E é claro que as minhas decisões nunca tomei sozinho, e não irei tomar sozinho a decisão de sair do meu Partido.

Tenho certeza de que hoje vou reunir minha família, meus amigos pessoais, as pessoas que me levaram a me filiar no primeiro partido da minha vida, o PMDB, para tomar a decisão, e amanhã virei para esta Casa com uma posição formada.

Enganam-se muitos que acham que tenho posição já tomada! Pelo contrário, se tivesse que tomar essa decisão, teria tomado há seis anos, quando todo mundo falava que eu sairia do Partido, e nunca saí! É um Partido no qual eu me sinto bem, do qual gosto muito, ali eu brinco com todo mundo, tenho grandes amigos ...

O Sr. Riva - Concede-me um aparte, nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Riva - Eu quero, antes de mais nada, parabenizar o Deputado Wilson Teixeira Dentinho pela decisão de ter ingressado no Bloco e, logicamente, contribuir com a governabilidade.

Mas eu quero, para contribuir com a posição de V. Ex^a, colocar que o Deputado Zé Carlos do Pátio, ontem - logicamente, eu não saio em defesa do Deputado Zé Carlos do Pátio -, deu até uma grande contribuição à Mesa Diretora em alguns questionamentos feitos aqui. O Deputado falou exatamente o que está disposto no nosso Regimento Interno, a respeito da formação do Bloco Parlamentar. V. Ex^a, a partir do momento em que ingressou no Bloco, de fato deixa de falar em nome do Partido e passa a integrar um bloco. Inclusive, quero dar esse testemunho que o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou que lá fora a questão de V. Ex^a dentro do PMDB vai ser discutida por V. Ex^a, pelo PMDB.

Então, eu quero agradecer o posicionamento do Deputado Zé Carlos do Pátio ontem, porque de fato, com muita clareza, contribuiu com a Mesa Diretora, uma vez que nós tínhamos uma Questão de Ordem levantada pelo Deputado Gilney Viana, que colocava como ficaria, a partir daquele momento, a posição de V. Ex^a com a formação do Bloco. E nesse exato momento a atuação de V. Ex^a é dentro do Bloco Parlamentar aqui no plenário desta Casa.

Eu entendi dessa maneira, é por isso que pedi a V. Ex^a este aparte para clarear essa situação. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Nós também queremos deixar bem claro para o Líder do PMDB... Inclusive, Deputado Zé Carlos do Pátio, quero deixar bem claro aqui que não tenho nada pessoal contra V. Ex^a, de maneira alguma. Inclusive, na minha fala anterior, eu disse que V. Ex^a usou o Regimento Interno da Casa só que as coisas não podem ficar dessa maneira, porque não existe o "Partido Autonomia".

Eu sou filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por isso é que vou reunir as pessoas que sempre participaram da minha vida pública - a minha família em primeiro lugar -, e aí vamos chamar o Deputado Elarmin Miranda, o Deputado Pedro Satélite, o próprio Deputado Zé Carlos do Pátio, Líder do PMDB, o Deputado Nico Baracat e, também, o Partido para eu tomar as minhas posições.

O que não pode, de maneira nenhuma, Deputado Elarmin Miranda é os políticos terem posição, dizer que vão votar e que não vão votar. A minha pessoa foi bem clara com a Bancada, que eu não iria fazer oposição radical, não vou fazer e pronto!

Ninguém me tira da minha posição. Se falar a verdade é ser penalizado, eu vou ser sempre penalizado...

O Sr. Roberto Nunes - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo o aparte a V. Ex^a, Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho, quero deixar claro a V. Ex^a que, quando V. Ex^a fala pela Liderança do Partido, V. Ex^a está reportando o sentimento interno do Partido.

Eu não acredito que qualquer Líder venha a esta tribuna colocar a sua questão sem estar avalizado pelo seu Partido, porque V. Ex^a, que convive politicamente, teve sua vida política inteira dentro do PMDB, ajudou a fundar e construir esse Partido.

Eu me lembro, quando era vereador, que V. Ex^a era Líder Sindical da EMPAER. V. Ex^a lutou pela reconstrução do PMDB e eu não acredito, nobre Deputado, que qualquer líder venha a esta tribuna falar aquilo que não é sentimento Partidário.

E eu me coloco aqui desta tribuna, como ex-Líder do PSDB, hoje Líder do Bloco Frente e Cidadania, ainda dentro do Partido, ocupando o cargo de Liderança, deixo aqui bem claro que é o sentimento do PSDB, é o sentimento da executiva do PSDB, é o sentimento de todo o Partido, que V. Ex^a venha somar conosco. V. Ex^a tem as portas abertas dentro do PSDB. Falo em nome de toda a Executiva do Partido, falo em nome de todos os membros companheiros do PSDB desta Casa, porque V. Ex^a tem as portas abertas dentro do nosso Partido.

Decida com seus amigos, com seus eleitores, com sua família, porque são eles que carregaram V. Ex^a no decorrer desses anos todos, se não fosse sua família, se não fossem seus amigos, se não fossem seus companheiros, V. Ex^a jamais estaria aqui dentro desta Casa, falando desta tribuna como Deputado Estadual.

Por isso, nobre companheiro Deputado Wilson Teixeira Dentinho - V. Ex^a que foi meu colega, como Vereador na Câmara Municipal, de que eu conheço a decência, a competência, a honrabilidade, de V. Ex^a e de sua família -, o PSDB está à disposição de V. Ex^a. Não que V. Ex^a vá se precipitar na sua decisão, mas eu sei que a decisão que V. Ex^a tomar o PSDB estará sempre ao seu lado, como seu companheiro.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Agradeço o aparte do Deputado Roberto Nunes...

A Sr^a Serys Slhessarenko - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo o aparte à Deputada Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Eu gostaria de deixar bem claro ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho... E acredito que até como brincadeira, ele disse que tinha a solidariedade da Deputada Serys Slhessarenko, e isso ele sabe que não é verdadeiro...

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Eu sei, Deputada.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Então, eu só queria esclarecer, com relação à questão do Bloco, que é uma questão regimental. O Deputado Gilney Viana tem deixado isso muito claro aqui.

Em relação à questão do PMDB, de que é V. Ex^a é Deputado lá fora e não é aqui dentro, é uma questão do PMDB, o PT não vai entrar nesta história. Então, eu queria deixar claro isso, Deputado, senão vai parecer que nós estamos nos imiscuindo, nos metendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

na história. E dizer que V. Ex^a não tem a nossa solidariedade em relação a essa questão. Muito obrigada.

○ SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Mas eu sei que V. Ex^a também, quem sabe um dia...

○ Sr. Elarmin Miranda - Concede-me um aparte, Deputado?

○ SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento...

○ SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Concedo o aparte...

○ SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Não é permitido aparte nos três minutos finais do pronunciamento de V. Ex^a.

○ SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de deixar bem claro que não existe, como a nobre Deputada Serys Silhessarenko falou, a questão pessoal.

Em relação à última fala do Deputado Zé Carlos do Pátio sobre a imprensa, eu não acredito que a imprensa escreva coisas, fabrique essas questões. Eu fui Presidente da Câmara Municipal e acredito muito naquilo que a imprensa escreve e, de onde vem, tem fundamento. Gostaria que V. Ex^a, como Deputado desta Casa, se não falou aquilo que a imprensa escreveu, se posicionasse perante a imprensa para que ela escreva o que V. Ex^a pensa. Até porque não é só um cidadão que lê jornais, são vários cidadãos, uma sociedade inteira lê jornais.

Então, eu gostaria que V. Ex^a se preocupasse com essa situação, porque V. Ex^a diz que a imprensa deturpou aquilo que V. Ex^a falou. Então, eu gostaria que V. Ex^a tomasse posição também, principalmente V. Ex^a que é um Deputado atuante e que sempre briga e zela pelas coisas.

Outras questões, eu também gostaria depois de questionar, mas vou questionar dentro da Comissão, porque eu não acredito que Cuiabá tenha seis milhões, como disse o nosso Deputado Gilney Viana, para investir na saúde do Município. Eu sei de três milhões e quinhentos. De seis milhões eu não tenho conhecimento, mas eu vou procurar saber se isso tem fundamento.

Muito obrigado a todos que me apartearam e àqueles que também aqui conversaram conosco sobre essa questão de Partido.

○ SR. PRESIDENTE - Esta Presidência registra com prazer a presença de nossos companheiros de Rondonópolis, a pedido do Deputado Herminio J. Barreto, da Diretoria do União Clube de Rondonópolis - Sr. José Corrêa, Sr. Carlos Aurélio e Sr. Gilmar de Moura. Sejam bem-vindos!

Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

○ SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me referir primeiro ao debate que se trava em relação ao ilustre Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Entendo que o País comete uma falta muito grave quando não institui a fidelidade partidária. O Regimento Interno, que prevê a criação de blocos, representa uma agressão ao estatuto partidário. Todos os Deputados Estaduais, Federais e Senadores são eleitos num conjunto de votos. Não há provavelmente, entre os quase 550 Deputados Federais, 5% que tenham ultrapassado a margem de votos. Nós somos eleitos numa votação proporcional, portanto, nós somos eleitos através de um Partido, mas quando não há fidelidade partidária, permite-se,

como esta Casa permite, a criação de blocos, como se permite no Congresso Nacional. E quando se permite a criação de blocos, se permite eventualmente o rompimento com a organização do Partido.

Eu admito divergências partidárias, quando o Parlamentar diverge da postura programática do seu Partido, mas não admito que possa haver divergências isoladas. O bloco criado aqui é um instituto antidemocrático, é um instituto em que o Poder Executivo - e o Governador Dante é pródigo nisso, está usando do seu poder, do seu poder de barganha, e quando ele usa poder de barganha apequena e diminui o Poder Legislativo.

Em relação ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, eu tenho por ele o maior respeito, e a posição que ele tomar eu respeitarei. Pelas qualidades pessoais que ele tem, velho companheiro de Partido, não há de merecer de mim nenhuma crítica, mas lamento muito que, ao terminar um século, o País ainda não tenha clareza de que é através de Partidos Políticos que se faz as mudanças sociais necessárias. E o que é mais lamentável, verifica-se pela imprensa nacional a mudança diuturna de Deputados, de Senadores, por interesses nem sempre claros, por interesses não absolutamente éticos, e contra isso é que o Parlamento tem que lutar.

Como segundo ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar em relação a uma matéria estampada nos jornais, de que o Poder Judiciário deu uma liminar suspendendo a apreciação de contas pelo Ministério Público Estadual.

Não tenho nenhum interesse pessoal em relação ao problema das contas da Câmara Municipal de Cuiabá. Não há nenhum sentimento que me move contra o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que presidiu aquela Casa e não há nenhum sentimento subalterno que me move contra o ilustre Deputado Carlos Brito, que também presidiu aquela Casa. Mas quero deixar registrado aqui o equívoco do Poder Judiciário.

As contas públicas têm que ser abertas ao povo! Qualquer cidadão tem que ter direito a manusear toda e qualquer conta pública, inclusive a do Poder Legislativo, que eu integro: inclusive, a do próprio Tribunal de Contas. Isso é um princípio universal!

O que me causa espanto é a reação de um Poder, sob o aspecto formal, de não querer que sejam abertas as contas. Elas têm que ser abertas, independente de quem esteja na ponta. Eu já ocupei cargos públicos - podem ser as minhas contas, mas elas têm que ser abertas.

Não se faz um país sério com jogo subalterno. Não se faz um país sério quando se usa de artifícios do formalismo jurídico para tentar impedir, para se saber se determinadas contas estão erradas ou não! Eu não creio que elas estejam, eu sei da lisura dos dois ex-presidentes, sei da honradez do Deputado Wilson Teixeira Dentinho e do Deputado Carlos Brito, mas a discussão não é essa! A discussão é que a está se negando, na República, a validade de um instituto jurídico. Não é por aí!

Em nome dessa erronia foram feitos os Atos Institucionais, em nome dessa erronia se fez a ditadura, em nome dessa erronia se negou *habeas corpus*, que é direito do cidadão, em nome dessa erronia se nega o direito de cidadania. Não podem, nunca, as contas públicas estar fechadas a qualquer cidadão, elas têm que ser abertas!

Mas quero dizer que o Poder Judiciário concedeu uma liminar e a liminar terá que ser revista pelo próprio Tribunal...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ELARMIN MIRANDA - Vou conceder um aparte ao ilustre Deputado...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Ordem. O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu queria deixar claro...

Ordem. O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de

Deputado Roberto Nunes. O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre

O SR. ROBERTO NUNES - Nobre Presidente, eu solicito a V. Ex^a a verificação de *quorum*, excluindo a nossa Bancada.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, isso é mais uma artimanha do PSDB, quer dizer, ele não quer que se debata no campo das idéias...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convido o Deputado Carlos Brito para assumir a 1^a Secretaria e proceder à verificação de *quorum*.
(O SR. DEPUTADO CARLOS BRITO ASSUME A 1^a SECRETARIA.)

O SR. 1^o SECRETÁRIO - Sr. Presidente, apesar da minha não concordância, porque o debate me interessa, estão presentes em plenário, Sr. Presidente, seis Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, não há *quorum* para a manutenção da Sessão.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Everaldo Simões e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlos Brito (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Riva (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (Sem filiação Partidária), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho (PMDB).

Deixou de comparecer o Deputado Jair Mariano, do PPS.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.